

CONGRESSO

PL que corta benefício vai tramitar mais rápido

Lideranças se acertam e matéria será submetida à urgência, mas sem data de votação

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

A Câmara aprovou, ontem, por votação simbólica, a urgência para o projeto de lei que reduz, em no mínimo 10%, os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia, além de definir critérios mínimos para concessão e renovação desses incentivos — como metas de desempenho e de redução das desigualdades regionais. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que a urgência passou por conta de acordo entre os líderes partidários. Mas o PL ainda não tem data para ir a votação pelos deputados.

“O conteúdo dos projetos será posteriormente discutido com as lideranças para definir o que tem ou não consenso e possa ser levado ao Plenário”, disse.

A matéria altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/00). O requerimento de urgência foi assinado por diversos parlamentares, do Centrão e governistas, como Doutor Luizinho (PP-RJ), Gilberto Abramo (Republicanos-MG), Henderson Pinto (MDB-PA), Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), Lindbergh Farias (PT-RJ), Mário Heringer (PDT-MG), Pedro Campos (PSB-PE), Pedro Lucas Fernandes (União-MA) e Talíria Petrone (PSol-RJ).

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias, disse que a medida integra o esforço da base aliada em consolidar uma agenda econômica. Ele reiterou que os projetos em discussão não impactam benefícios constitucionais, como o Simples Nacional ou a Zona Franca de Manaus, mas podem representar uma economia entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões aos cofres públicos.

Como pano de fundo para a aprovação da urgência, há o impasse com as derrubadas, por meio de decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na semana passada, dos decretos do governo — que subiu a alíquota do Imposto Sobre Operações Financeiras

Marina Ramos/Câmara



Lindbergh: projetos não impactam benefícios constitucionais, como Simples ou Zona Franca de Manaus

» Sidônio adia comparecimento a audiência

O ministro da Comunicação Social do governo, Sidônio Palmeira, adiou para depois do recesso parlamentar o comparecimento ao Congresso para prestar esclarecimentos sobre uma campanha publicitária que gerou intenso desgaste para o Legislativo na opinião pública e reacendeu o mote eleitoral do “nós contra eles”. Foram utilizados vídeos — feitos por inteligência artificial na maioria dos casos — afirmando que bilionários, bancos e bets (chamados de “BBB”) são privilegiados e que só essa parcela minoritária da população quer evitar dividir a conta de impostos. A publicidade veio depois da derrubada, pelo Congresso, do decreto que aumentava o Imposto sobre Operações Financeiras. Mas isso não quer dizer quer outros integrantes do governo deixarão de comparecer ao Parlamento para dar informações a deputados e senadores. Entre os que deverão se apresentar diante dos congressistas estão o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues e o ministro Frederico de Siqueira Filho (Comunicação).

— e do Congresso — que derrubou a decisão do Executivo de aumentar o IOF. O magistrado deu às duas partes um prazo de 15 dias, a contar da decisão, para apresentarem os argumentos e convocou uma audiência para uma tentativa

de acordo sobre o tema.

Lindbergh alertou que a derrubada do decreto do IOF pelo Congresso, sem que haja uma compensação fiscal, pode gerar um rombo de R\$ 10 bilhões no Orçamento, com risco de corte em programas

sociais e adiamento de investimentos. “Se até o dia 22 não resolvermos isso, a conta não fecha”, advertiu.

Na tentativa de dar início à construção de um consenso sobre o IOF, Motta convocou uma reunião na residência oficial da Presidência da Câmara, ontem à noite. Do encontro, participaram o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), além dos ministros Gleisi Hoffmann (Secretaria de Relações Institucionais) e Fernando Haddad (Fazenda), mais o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). A expectativa do encontro era começar a desenhar um pré-acerto entre governo e Congresso, elevá-lo para a audiência com Moraes.

A derrubada do decreto que aumentava o IOF abriu um rombo estimado de R\$ 10 bilhões no Orçamento. Para compensar as perdas, o governo aposta no PL, que abre a possibilidade de economizar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões.

Pedro Valadares/Câmara dos Deputados



Base eleitoral de Junior Mano é Nova Russas, cuja mulher é prefeita

Judiciário e na Polícia Judiciária Federal, e reitera seu compromisso com a legalidade, a transparência e o exercício probo da função pública”, diz o comunicado.

Aliado de prefeituras do interior do Ceará, Júnior Mano tem base eleitoral em Nova Russas, cuja

prefeita Giordanna Mano é mulher do deputado. A operação reforça o foco crescente dos órgãos de controle sobre emendas parlamentares, convênios com prefeituras e liberação de verbas federais, especialmente em um ano que antecede as eleições municipais. (WL)

Congresso se reunirá novamente em sessão conjunta para analisar o veto. Se a maioria absoluta dos deputados e dos senadores rejeitar, o projeto é promulgado como lei mesmo sem a concordância do chefe do Executivo.

A lei que aumenta o número de deputados foi aprovada no Congresso no mês passado. Como foi modificado, o texto precisou retornar para a análise da Câmara, que sancionou a alteração. Se for sancionada, ou promulgada, a regra já valerá para a eleição de 2026.

Emendas: parlamentar alvo de operação da PF

O deputado federal Júnior Mano (PSB-CE) foi um dos alvos de mandados de busca e apreensão cumpridos pela Polícia Federal (PF), ontem, na operação que investiga o desvio de recursos públicos em municípios do Ceará, por meio de fraudes em processos licitatórios e contratos administrativos. A ação ocorreu nas cidades de Fortaleza, Nova Russas, Eusébio, Canindé e Baixo, todas no Ceará, além do gabinete do parlamentar em Brasília.

De acordo com a PF, a organização criminosa é suspeita de atuar no direcionamento de verbas públicas federais para prefeituras cearenses, supostamente integrantes do esquema, em troca de contrapartidas financeiras ilícitas. Empresas ligadas ao grupo teriam sido utilizadas para fraudar os certames e firmar contratos irregulares com os municípios.

Para impedir a continuidade

das supostas práticas criminosas e preservar recursos públicos, a Justiça Federal determinou o bloqueio de R\$ 54,6 milhões em contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas envolvidas. O objetivo é garantir eventual reparação ao erário. As condutas investigadas envolvem os crimes de organização criminosa, captação ilícita de sufrágio, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica com finalidade eleitoral.

Em nota divulgada pela assessoria de imprensa, o deputado negou qualquer envolvimento nas irregularidades apuradas e afirmou que não exerce funções executivas ou administrativas em prefeituras, tampouco participa de processos licitatórios, ordenação de despesas ou fiscalização de contratos públicos. “O parlamentar reafirma sua confiança nas instituições, em especial no Poder

no número de deputados federais deve afetar a articulação política e causar uma maior fragmentação partidária, além do potencial de elevar gastos públicos.

“Assembleias maiores tendem a atrair mais partidos competidores, estimulando o surgimento de pequenos partidos e ampliando a fragmentação parlamentar. Como consequência, a maior fragmentação pode intensificar negociações e demandas por políticas específicas, levando a um aumento geral das despesas públicas, diz a nota.

Caso Lula não se manifeste

Lula deve vetar aumento de deputados

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que acredita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não deve sancionar o projeto de lei que aumenta o número de deputados federais. O PL aprovado no Congresso em 25 de junho amplia o número de cadeiras de 513 para 531. A declaração do ministro foi dada na noite de segunda-feira, em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura.

O tema preocupa entidades. O Centro de Liderança Pública (CLP) publicou ontem uma nota técnica na qual avalia que um aumento

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Inquéritos sobre emendas seguem o rastro do dinheiro

A 316km de Fortaleza, a cidade de Nova Russas tem 102 anos e nunca viu tanto dinheiro como agora. Com 742 km² e 30 mil habitantes, no Sertão de Crateús, semiárido nordestino, com um PIB de R\$ 118 milhões anuais, ao sopé da Chapada do Ibiapaba, é um “case” de como funcionam os esquemas de desvios de verbas das emendas parlamentares. Às margens dos rios Acaraú, Poti e Curume, terras que já pertenceram aos tabajaras, caratiú e os temidos tupinambás, a cidade é o principal alvo da Operação Underhand (Desonesto), da Polícia Federal.

Sob autorização do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, a PF cumpriu 15 mandados de busca e apreensão em Brasília e em outras quatro cidades do Ceará: Fortaleza, Eusébio, Canindé e Baixo, além de Nova Russas. O alvo principal é o deputado federal Júnior Mano (PSB-CE), suspeito de atuar como cabeça de uma organização criminosa que desviava emendas parlamentares e manipulava eleições municipais em até 51 cidades cearenses.

Casado com a prefeita de Nova Russas, Giordanna Mano (PRD), Júnior Mano já foi do PRB, PSD, MDB, Patriota e do PL, do qual foi expulso por apoiar o candidato do PT em Fortaleza. Desde o ano passado, está no PSB. A PF alega que Júnior Mano teve papel central nos desvios de recursos públicos por meio de licitações fraudulentas, compra de apoio eleitoral e uso de caixa dois em campanhas municipais de 2024. Outros prefeitos estão envolvidos no esquema, a partir do desvio de verbas via emendas, com cobrança de “pedágio” de 12% do valor, repassados para empresas de fachada. Somente Nova Russas recebeu R\$ 4,4 milhões em recursos, entre 2021 e 2025, o maior montante destinado por Junior Mano.

Nos últimos anos, as emendas parlamentares — mecanismo legítimo de alocação de recursos do Orçamento da União por deputados e senadores — tornaram-se foco de diversas investigações, seja por suspeitas de corrupção, direcionamento ilegal de verbas, favorecimento político ou uso como moeda de troca entre o Legislativo e o Executivo. O caso mais notório é o das chamadas emendas de relator (RP9), que estiveram no centro do escândalo das emendas do orçamento secreto, revelado a partir de 2020.

Bilhões de reais foram distribuídos com pouca ou nenhuma transparência. O esquema permitia que parlamentares indicassem, por meio de interlocução com os relatores do Orçamento, a destinação de recursos para municípios e estados com os quais mantinham relações políticas, sem registro público formal de autoria. Essas emendas se tornaram um instrumento de compra de apoio eleitoral. Intermediários, incluindo prefeitos, empresas contratadas e operadores políticos formaram um sistema paralelo de liberação orçamentária.

Inquéritos

Diversos inquéritos foram abertos para apurar fraudes em licitações, sobrepreço em obras, desvios na aquisição de tratores e ambulâncias, e uso de empresas de fachada. Em 2021, o STF, em decisão da ministra Rosa Weber, suspendeu a execução das emendas de relator e exigiu maior transparência. A decisão foi posteriormente referendada pelo plenário da Corte.

Em 2022, porém, o Congresso aprovou resolução estabelecendo novos critérios de publicidade para as emendas RP9, mas o controle ainda é frágil e o sistema foi apenas disfarçado, com parte dos recursos sendo redirecionada para outras modalidades, como as emendas de comissão. Cerca de 20 inquéritos sigilosos estão em pleno curso, investigando o desvio de emendas parlamentares. especialmente no Norte e no Nordeste, onde há maior concentração de recursos dessas emendas. O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou que, entre 2019 e 2022, aproximadamente R\$ 54 bilhões foram distribuídos por meio das RP9.

Em estados como Maranhão, Piauí, Alagoas e Amazonas, há investigações sobre o superfaturamento de kits de robótica, poços artesanais e retroescavadeiras financiados por essas emendas. Outro foco de investigação envolve as chamadas “emendas Pix”, transferências diretas para contas de prefeituras, sem necessidade de convênios. Criadas em 2019, essas emendas aumentaram a capilaridade dos parlamentares e não são rastreadas.

Apesar da gravidade dos indícios, em razão do foro privilegiado e da falta de estrutura investigativa autônoma, o Congresso se recusa a revelar a destinação das emendas secretas. Iniciativas da sociedade civil, como o projeto “De Olho nas Emendas”, do portal Congresso em Foco, e ações da Transparência Brasil, têm ajudado a tornar públicas as informações sobre autoridades, beneficiários e valores liberados, pressionando por mais prestação de contas.

Em 2025, os inquéritos que apuram desvios de emendas para prefeituras foram distribuídos aos ministros do STF Flávio Dino, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Nunes Marques. São investigados parlamentares suspeitos de envolvimento em licitações fraudulentas e superfaturamento, com uso de emendas como moeda de troca. No plano institucional, especialistas defendem a criação de um sistema integrado de rastreabilidade orçamentária, com transparência ativa, indicadores de eficiência e vinculação obrigatória das emendas a metas públicas previamente estabelecidas.

PF APURA DESVIOS DE VERBAS DESTINADAS A PREFEITURAS, EM INQUÉRITOS A CARGO DOS MINISTROS DO STF FLÁVIO DINO, CARMEN LÚCIA, GILMAR MENDES, CRISTIANO ZANIN, LUIZ FUX E NUNES MARQUES